

Figueira da Foz

Falta avaliação da eficácia das leis diz António Seguro

LIVRO «Os governos capturaram a função legislativa em Portugal, legislam mais vezes que o Parlamento». Palavras de António José Seguro que defende que os parlamentos, «em vez de andarem a competir com os governos, devem introduzir o que faz falta em Portugal, avaliação. Verificar se uma lei produziu efeitos». Mas o que acontece «é que, muda o Governo e altera-se tudo, muitas vezes só por capricho pessoal». O ex-secretário-geral do PS falava na noite de quinta-feira no Casino Figueira, na apresentação do seu livro “A reforma do Parlamento Português”, perante uma plateia composta



António José Seguro e o editor Francisco José Viegas

por autarcas da região, deputados e comunidade em geral. Respondendo às perguntas, tentou passar a sua mensagem: a de que «todo o poder tem de

ser controlado». Questionando se uma maioria «é capaz de se controlar a si própria?», António José Seguro apresentou exemplos em como, até 2007

(altura da reforma), «não havia condições políticas para controlar os governos: não havia prazos para responder às perguntas dos deputados (passaram a ter 30 dias para o fazer) e atribuíram-se direitos protestativos a oposições, mesmo quando em minoria». Além de que «a reforma foi além do regimento. Passaram a ter de colocar na Internet declarações de interesse, quantas faltas, quantas presenças...», matéria em que «houve mais oposição», frisou, apesar de referir o «grande consenso» em relação à reforma. Seguro afirma que «cuidamos muito mal da nossa democracia», e entende que, quando se vai para o serviço público tem de haver «regras, transparência e prestação de contas», admitindo no entanto, a existência de eleitos «com uma postura déspota». ◀